

ÉTICA E ESTATUTO

QUESTÃO 01

Letra B

Art. 56 do CED

QUESTÃO 02

Letra C

ART. 77 do EAOAB

QUESTÃO 03

Letra C

ART. 43, §1º do EAOAB

QUESTÃO 04

Letra A

Art. 7º-A, IV, do EAOAB, c/ redação dada pela Lei n.º 13.363/2016.

QUESTÃO 05

Letra D

Art. 15, § 7º, do EAOAB, com redação dada pela Lei n.º 13.247/16

QUESTÃO 06

Letra B

Art. 24, *caput*, do EAOAB.

QUESTÃO 07

Letra B

Art. 18, *caput*, do EAOAB.

QUESTÃO 08

Letra D

FILOSOFIA

QUESTÃO 09

Letra B

Ronaldo Dworkin é o filósofo estadunidense associado ao pós-positivismo e que trabalhou pioneiramente a questão da diferença entre regras e princípios. Quanto os princípios, Dworkin defendia que seu conteúdo não era pré-definido, mas sim construído ao longo de tempo, naquilo que ele chamava de história institucional dos princípios. Valendo-se de tal conceito, o filósofo dizia que o intérprete não era livre para atribuir qualquer conteúdo ao princípio, pois a sua interpretação tinha que ser coerente com as anteriores, já que a interpretação principiológica se faz num modelo de "romance em cadeia".

QUESTÃO 10

Letra D

Todas as alternativas são verdadeiras, à exceção da letra "d". Jean-Jacques Rousseau era um liberal e acreditava que o estado de natureza era o do bom selvagem. Quem defendia a afirmação contida no item era Thomas Hobbes.

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 11

Letra C

Súmula Vinculante 44, Súmula Vinculante 45, art. 37, II, CF e art. 5º, II, CF

QUESTÃO 12

Letra D

“Art. 103-A, § 2º, CF Sem prejuízo do que vier a ser estabelecido em lei, a aprovação, revisão ou cancelamento de súmula poderá ser provocada por aqueles que podem propor a ação direta de inconstitucionalidade.

QUESTÃO 13

Letra B

- Correta!** Nos termos do art. 84, VIII, cabe ao Presidente celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.
- Incorreta!** Nos termos do art. 84, V, cabe ao Presidente vetar projetos de lei, total ou parcialmente. Para lembrar, proposta de emenda constitucional não tem fase de sanção e veto.
- Correta!** É o art. 84, IV, CF!
- Correta!** Nos termos do art. 84, XXII, cabe ao Presidente permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente.

QUESTÃO 14

Letra A

Nas opções acima somente o Conselho Federal da OAB é legitimado universal, do qual não se exige a comprovação da pertinência temática ao propor a ADI. Todos os demais são legitimados especiais, isto é, precisam demonstrar interesse de agir específico para questionar a constitucionalidade da lei ou do ato normativo.

QUESTÃO 15

Letra C

É cidadão ou a titularidade dos direitos políticos aquele que tem alistamento eleitoral e pode votar. Assim, não é cidadão quem não tem ou não pode ter alistamento eleitoral e quem perdeu ou teve suspensos seus direitos políticos (art. 15, CF).

QUESTÃO 16

Letra B

Confira as vedações impostas pela CF aos magistrados:

Art. 95, Parágrafo único, CF. Aos juízes é vedado:

- exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério; [GABARITO]**
- receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo;
- dedicar-se à atividade político-partidária. [GABARITO]**
- receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)
- exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

QUESTÃO 17

Letra B

Confira abaixo as características da Constituição descrita na questão!

| Quanto à Origem | |
|---|---|
| Constituições Populares, Democráticas ou Promulgadas: elaborada pela Assembleia Nacional Constituinte, composta por representantes eleitos democraticamente (Constituição brasileira atual). | Constituições Outorgadas: elaborada sem a participação popular, é imposta pelo agente revolucionário (grupo ou governante). Também chamada de Carta Constitucional (Constituições brasileiras de 1824, 1937 e 1967/69). Constituições Cesaristas ou Bonapartistas: elaborada pelo Governante, sem participação popular, o texto constitucional é submetido à consulta popular a fim de obter uma aparência de democracia. Constituições Pactuadas: é a resultante do acordo político entre duas forças políticas com interesses distintos (Carta Magna de 1215). |

| Quanto à Modificabilidade ou Estabilidade | |
|--|--|
| Constituições Imodificáveis: não pode ter qualquer de seus artigos modificado. | Constituições Modificáveis: a) Constituição Rígida: pode ser alterada por um processo rigoroso, qualificado, solene, mais difícil do que o utilizado para alteração das normas não constitucionais (Constituição brasileira atual). * Obs: A CF/88 é chamada por alguns autores de Constituição super-rígida, pela previsão de cláusulas pétreas (matérias que não podem ser abolidas nem por meio de emendas constitucionais – art.60, §4º, CF). b) Constituição Flexível: é modificada por procedimento idêntico ao utilizado para alteração da norma não constitucional. Assim, não há hierarquia entre a Constituição e a lei infraconstitucional. c) Constituição Semirrígida ou semiflexível: para modificação de alguns dispositivos (materialmente constitucionais) requer um procedimento qualificado, rigoroso e a alteração de outros dispositivos (formalmente constitucionais) pode ser realizada pelo mesmo procedimento usado para alterar a legislação infraconstitucional (Constituição brasileira de 1824). |

Constituição-Compromissória: apresenta em seu texto várias normas programáticas, compromissos, programas a serem implementados pelo Poder Público.

DIREITOS HUMANOS

QUESTÃO 18

Letra B

- a) **Falsa.** Art. 4º. 1. do PSJCR.
- b) **Verdadeira.** Art. 4º. 2. do PSJCR.
- c) **Falsa.** Art. 4º. 3. do PSJCR.
- d) **Verdadeira.** Art. 4º. 5. do PSJCR.

QUESTÃO 19

Letra B

- a) **Verdadeira.** Art. 34 do PSJCR.
- b) **Falsa.** Art. 44 do PSJCR.
- c) **Verdadeira.** Art. 49, 2 do PSJCR.
- d) **Verdadeira.** Art. 51, 1 do PSJCR.

DIREITO INTERNACIONAL

QUESTÃO 20

Letra C

- a) **Verdadeira.** Art. 4º, inc. X da CR/88.
- b) **Verdadeira.** Art. 4º, inc. I da CR/88.
- c) **Falsa.** Art. 1º, inc. IV da CR/88.
- d) **Verdadeira.** Art. 4º, inc. IX da CR/88.

QUESTÃO 21

Letra A

- a) **Falsa.** Art. 21, inc. I do CPC.
- b) **Verdadeira.** Art. 22, inc. I, a) do CPC.
- c) **Verdadeira.** Art. 23, inc. II do CPC.
- d) **Verdadeira.** Art. 36 do CPC.

DIREITO TRIBUTÁRIO

QUESTÃO 22

Letra C

- a) **Falsa.** A imunidade tributária recíproca somente impede a cobrança de impostos (art. 150, VI, “a”, da CF). Assim, não há imunidade em relação à taxa.
- b) **Falsa.** O Supremo Tribunal Federal (STF) considerou a taxa de lixo constitucional, conforme Súmula Vinculante 19.
- c) **Verdadeira.** Houve a prescrição do crédito tributário (art. 174, do CTN), pois já ultrapassou o prazo de 5 anos para a cobrança.
- d) **Falsa.** O Estado poderá arguir a prescrição em sede judicial, não estando limitado à via administrativa.

QUESTÃO 23

Letra B

Trata-se da retroatividade benigna, prevista no art. 106, II, do CTN. Por isso, havendo redução da multa, o contribuinte terá direito a pagar 10% de multa.

QUESTÃO 24**Letra B**

Conforme Súmula Vinculante nº 31, o ISS não incide sobre locação de bens móveis. Isso porque locação (obrigação de dar) não é serviço (obrigação de fazer). Também não incide ICMS, por não se tratar de circulação jurídica da mercadoria (não houve transferência de titularidade). Por outro lado, não incide o IPVA, pois a pergunta não se refere à propriedade dos caminhões, mas ao contrato de locação em si. Portanto, trata-se de não incidência. Por certo, a União poderia instituir imposto residual por meio de lei complementar, a teor do art. 154, I, da CF.

QUESTÃO 25**Letra A**

Trata-se do princípio da uniformidade, previsto no art. 151, I, da CF, corolário do princípio da isonomia.

QUESTÃO 26**Letra A**

Vale registrar que a redução de qualquer tributo (inclusive IPI) é imediata, pois não se aplica o princípio da anterioridade. Já o IE é exceção ao princípio da anterioridade (art. 153, §1º, da CF) e, por isso, seu aumento poderá também ser imediato.

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 27**LETRA C**

O princípio que determina o ato ser imputado à Administração é o Princípio da Impessoalidade. As demais assertivas estão corretas de acordo com a melhor doutrina.

QUESTÃO 28**LETRA D**

A Letra A está errada, pois o contrato será regido pelo Direito Privado, nos termos do art. 25 da Lei 8.987/95

QUESTÃO 29**Letra C**

A Letra A está errada, pois a restrição de direitos individuais tem o objetivo de beneficiar a coletividade.

A Letra B está errada, pois o Poder Disciplinar também incide sobre particulares que tenham vínculo específico com a Administração.

A Letra D está errada, pois o descrito na alternativa é exteriorização do poder de polícia.

A Letra E está equivocada, pois o Poder de Polícia abarca tanto condutas Preventivas, quanto Repressivas.

QUESTÃO 30**Letra D**

Não é todo ato administrativo que possui o atributo da imperatividade. Somente tem este atributo aquele ato que impõe obrigações. Os atos de consentimento, como as autorizações e permissões, não possuem esse atributo, em razão de o interesse privado estar ao lado do interesse público.

QUESTÃO 31

Letra A

Quando a Administração Pública exerce suas atividades, deve-se ter em mente que o exercício da atividade administrativa não ocorre de forma ilimitada. Na verdade, a atividade administrativa é, por essência, limitada. Em determinados momentos, esse regramento pode atingir os vários aspectos de uma atividade determinada; neste caso, diz-se que o poder da Administração é VINCULADO, afinal, a lei não deixou margem de escolha para o administrador público atuar.

Dessa forma, caso o particular cumpra todos os requisitos estabelecidos em lei, nasce para ele um direito subjetivo de exigir da autoridade a edição de determinado ato.

Em outras situações, o regramento não atinge todos os aspectos da atuação administrativa. Nesta situação, ocorre a chamada DISCRICIONARIEDADE administrativa. Em outras palavras, ocorre a discricionariedade quando a lei deixa certa margem de liberdade de decisão diante do caso concreto. Observe que a discricionariedade é pautada na análise da oportunidade e conveniência sempre dentro dos limites da lei.

Atente-se, ainda, para o fato de um ato discricionário não se confundir com um ato arbitrário. Veja que o primeiro é editado com base na oportunidade e conveniência do administrador público, estando restrita aos limites estabelecidos pela lei. Ao contrário, o ato arbitrário representa o abuso, representa um ato praticado fora dos limites da lei, sendo, portanto, um ato ilegal.

QUESTÃO 32

Letra C

A descentralização origina o controle por Tutela. A desconcentração origina o controle hierárquico.

DIREITO AMBIENTAL

QUESTÃO 33

Letra A

Esta assertiva exige conhecimento sobre a Lei 9.985-00, e também sobre a CF-88. (A) Correta. Quando o examinador anota que o projeto de lei estabeleceu que as UC's de proteção integral deverá se restringir apenas ao uso indireto dos seus recursos naturais, deve se afirmar que o projeto de lei estadual está invadindo a competência da União porquanto já existe norma com esse estabelecimento, qual seja a Lei 9.985-00. (B) Errada. O Fato da Mata Atlântica ser considerada patrimônio nacional, não significa que há exclusividade por parte da União na proteção do referido bioma. (C) Errada. Em contraposição a alternativa letra a, essa assertiva letra c está errada porque não pode o Estado invadir a competência da União para editar normas gerais. (D) Errada. O Estado não poderá alterar a definição dada pela União na Lei 9.985-00, pouco importa o que está escrito na alternativa. Alternativa A.

QUESTÃO 34

Letra D

Para acertar está questão, há de se conhecer a Política Nacional de Recursos Hídricos, a Lei 9.433-98. (A) Errada. Segundo o artigo 14 da lei em questão, a **outorga** efetivar-se-á por ato da autoridade competente do Poder Executivo Federal, dos Estados ou do Distrito Federal. Não há competência exclusiva da União, como dito. Portanto, alternativa errada (B) Errada. Pelo mesmo motivo exposto na Letra a. A outorga é de competência comum, ou melhor, não há previsão de exclusividade para a União (C) Errada. O fato da água ser de domínio público não impede a sua utilização, precedida de outorga por parte do poder Público. (D) Correta. Conforme parágrafo 1º do artigo 14 da Lei 9.433, O Poder Executivo **poderá delegar** aos Estados e ao Distrito Federal competência para conceder outorga de direito de uso de recurso hídrico de domínio da União. Todavia, é necessário observar o que diz o art. 12, § 1º **Independem** de outorga pelo Poder Público, conforme definido em regulamento: (...) III - as acumulações de volumes de água consideradas **insignificantes**.. Alternativa D.

DIREITO CIVIL

QUESTÃO 35

Letra B

Art.85 C/C Art.586

QUESTÃO 36

Letra B

Art.499 C/C Art.1668

QUESTÃO 37

Letra A

Art.188 C/C Art.929 e 930

QUESTÃO 38

Letra C

Art. 1219

QUESTÃO 39

Letra C

Art. 1837 C/C § 2º do Art. 1836

QUESTÃO 40

Letra C

- a) Art. 1.723, § 1º, CC/02
- b) Art. 1.725, CC/02.
- c) Art. 226, § 3º, CR/88 e Art. 1.723, CC/02.
- d) Art. 1.521, VI.

QUESTÃO 41

Letra D

ARTIGOS 249 e § único CC.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

QUESTÃO 42

Letra D

- a) Art. 46, *caput* e §2º-A, ECA.
- b) Art. 47, *caput* e §2º, ECA.
- c) Art. 39, §1º, ECA.
- d) Art. 42, §6º, ECA.

QUESTÃO 43

Letra A

- a) Art. 19, ECA.
- b) Arts. 19, §3º e 23, ECA.
- c) Art. 1.638, *caput* e inciso II, CC/02.
- d) Art. 25, par. único, ECA.

DIREITO DO CONSUMIDOR

QUESTÃO 44

Letra B

- a) Art. 38, CDC.
- b) Art. 37, CDC.
- c) Art. 38, CDC.
- d) Arts. 37 e 38, CDC.

QUESTÃO 45

Letra D

- a) Arts. 18 e 26, CDC.
- b) Arts. 18 e 26, CDC.
- c) Art. 18, § 1º, CDC.
- d) Arts. 18 e 26, CDC.

DIREITO EMPRESARIAL

QUESTÃO 46

Letra C

- a) **Falso.** Empresa é a atividade exercida pelo empresário ou pela sociedade empresarial;
- b) **Falso.** Empresa é a atividade exercida pelo empresário ou pela sociedade empresarial, empresário é aquele conceituado no artigo 966 do Código Civil;
- c) **Verdadeiro.** Empresa é a atividade exercida pelo empresário ou pela sociedade empresarial, empresário é aquele conceituado no artigo 966 do Código Civil;
- d) **Falso.** Empresa é a atividade exercida pelo empresário ou pela sociedade empresarial, empresário é aquele conceituado no artigo 966 do Código Civil.

QUESTÃO 47

Letra B

- a) **Falso.** Artigo 1.052 do Código Civil;
- b) **Verdadeiro.** Artigo 1.052 do Código Civil;
- c) **Falso.** Artigo 1.052 do Código Civil;
- d) **Falso.** Artigo 1.052 do Código Civil

QUESTÃO 48

Letra D

- a) **Falso.** Artigo 1.145 do Código Civil;
- b) **Falso.** Artigo 1.146 do Código Civil;
- c) **Falso.** Artigo 1.148 do Código Civil;
- d) **Verdadeiro.** Artigo 1.147 e seguintes do Código Civil

QUESTÃO 49

Letra D

- a) **Falso.**
- b) **Falso.**
- c) **Falso.** A letra “e” é falsa por força dos artigos 32 e 33 da Lei 6.404/76;
- d) **Verdadeiro.** Artigos 1, 7 e 11 da Lei 6.404/76.

QUESTÃO 50

Letra B

- a) **Falsa.** Art. 53 da Lei 11.101/05;
- b) **Verdadeiro.** Art. 97, §2º da Lei 11.101/05;
- c) **Falsa.** Art. 94, I da Lei 11.101/05;
- d) **Falsa.** Art. 1º da Lei 11.101/05.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 51

Letra A

Uma das condições da ação é o interesse processual, de acordo com o qual o autor deverá demonstrar NECESSIDADE-UTILIDADE na prestação da tutela jurisdicional. No caso, a ação que objetiva cobrança de dívida não vencida é caso de ausência de NECESSIDADE, sendo, portanto, aplicável o art. 485, VI, CPC.

QUESTÃO 52

Letra D

Trata-se de incompetência absoluta da justiça comum, em razão da matéria, que deve ser declarada de ofício pelo juiz, ainda que a parte ré não alegue em preliminar de incompetência. Destaque-se, ainda, que a competência absoluta não pode ser modificada por vontade das partes (ela é inderrogável). V. arts. 63 e 64, CPC.

QUESTÃO 53

Letra C

Art. 525, CPC. A impugnação ao cumprimento de sentença independe de garantia do juízo, pode versar sobre excesso de execução e só terá efeito suspensivo se garantido o juízo e o impugnante demonstrar a relevância de seus fundamentos e o perigo da demora.

QUESTÃO 54

Letra B

I. art. 916; II. Art. 915, § 3º; III. Art. 915, caput e § 1º.

QUESTÃO 55

Letra C

Art. 332, parágrafo 1º, CPC

QUESTÃO 56

Letra C

Praticado o ato, com bom ou mau êxito, a parte não poderá renová-lo, modifica-lo ou substituí-lo, pelo fenômeno da preclusão consumativa.

QUESTÃO 57

Letra D

Art. 361, CPC

DIREITO PENAL

QUESTÃO 58

Letra D

Arrependimento posterior (art. 16 do CP).

QUESTÃO 59

Letra B

- a) **falsa** – art. 63 do CP.
- b) **verdadeira** – art. 68 do CP.
- c) **falsa** – art. 67 do CP.
- d) **falsa** – art. 66 do CP.

QUESTÃO 60

Letra A

Prazos fornecidos na questão: data do Fato: junho de 2005; data do recebimento da denúncia: maio de 2007; data da condenação (sentença): 01/06/2009.

Condenado a 02 (dois) anos de reclusão.

A prescrição segundo o art.109 do CP será de 04 (quatro) anos, entretanto, por tratar-se de menor de 21 anos, a prescrição será reduzida de ½ (metade), conforme o art. 115 do CP, ou seja, 02 anos. Assim, ocorreu a prescrição da pretensão punitiva retroativa entre o recebimento da denúncia e a sentença. (Leia nova redação ao art. 110, § 1º, do CP, alterado pela Lei n. 12.234/10. Para os crimes praticados a partir de 06.05.2010 não existe mais prescrição retroativa **entre o fato e o recebimento da denúncia ou queixa**).

QUESTÃO 61

Letra B

- a) **falsa** – art. 304 do CP.
- b) **verdadeira** – art. 171 do CP.
- c) **falsa** – art. 155, §4º, II, do CP.
- d) **falsa** – art. 168 do CP.

QUESTÃO 62

Letra C

Arts. 1º, inciso II, e 2º, §2º, da Lei 8.072/90.

QUESTÃO 63

Letra D

- a) **ERRADA**. O caso não é de autoria colateral, mas sim de concurso de pessoas, vez que presentes todos os requisitos para tanto: (a) pluralidade de agentes e condutas; (b) liame subjetivo; (c) nexos causal; (d) identidade de infração penal. A questão deixou claro o liame subjetivo entre os agentes quando disse que João e José colocaram-se combinadamente em um desfiladeiro esperando a vítima passar. Assim, ambos devem responder por homicídio consumado.
- b) **ERRADA**. A questão narra um desvio subjetivo de conduta, disciplinado pelo art. 29, §2º, do Código Penal. Pois um dos concorrentes praticou crime mais grave (latrocínio) do que o combinado (furto). Isso pode ser inferido da própria narrativa do enunciado quando diz que um dos agentes surpreendeu a todos os outros quando matou o proprietário da casa. Se existe a surpresa, é porque isso não foi combinado entre os meliantes. Cada qual responderá de acordo com o seu dolo, conforme prevê o supracitado dispositivo normativo.
- c) Ambas as mulheres responderão por infanticídio por força do art. 30 do Código Penal, que assim dispõe: “Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.”. O estado puerperal é elementar e, por isso, se comunica a todos os concorrentes do delito.
- d) A hipótese é de erro sobre a pessoa, disciplinada no art. 20, §3º, do CP: “O erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado não isenta de pena. Não se consideram, neste caso, as condições ou qualidades da vítima, senão as da pessoa contra quem o agente queria praticar o crime.”.

QUESTÃO 64

Letra D

- a) **ERRADA.** A Lei 13.104/2015 tornou o feminicídio um homicídio qualificado (art. 121, §2º, VI, CP). Antes da vigência da referida lei, o fato já era criminoso, mas o agente deveria responder por homicídio simples, e não por homicídio qualificado, a não ser que incida no caso concreto alguma outra qualificadora;
- b) **ERRADA.** Trata-se de circunstância qualificadora (art. 121, §2º, VI, CP), que aumenta a pena cominada ao homicídio. Assim, a assertiva erra ao dizer que o feminicídio é um privilégio.
- c) **ERRADA.** As hipóteses que permitem o reconhecimento do feminicídio (art. 121, §2º, VI, CP) estão expressamente previstas no art. 121, §2º-A, do Código Penal, para onde remetemos o leitor.
- d) **CORRETA.**

DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO 65

Letra C

Art. 38 do CPP

QUESTÃO 66

Letra D

- a) **Verdadeira** – art. 314, CPP.
- b) **Verdadeira** – art. 1º, lei 7960/89.
- c) **Verdadeira** – art. 324, IV, CPP.
- d) **Falsa** – não existe no ordenamento pátrio modalidade de prisão preventiva obrigatória pelo simples *quantum* da pena cominada em abstrato.

QUESTÃO 67

Letra D

- a) **Verdadeira** – art. 314, CPP.
- b) **Verdadeira** – art. 1º, lei 7960/89.
- c) **Verdadeira** – art. 324, IV, CPP.
- d) **Falsa** – não existe no ordenamento pátrio modalidade de prisão preventiva obrigatória pelo simples *quantum* da pena cominada em abstrato.

QUESTÃO 68

Letra B

(Exceção ao princípio da aplicação imediata da lei processual penal, prevista no artigo 3º da Lei de Introdução ao Código de Processo Penal: “*O prazo, já iniciado, inclusive o estabelecido para a interposição de recurso, será regulado pela lei anterior, se esta não prescrever prazo menor do que o fixado no Código de Processo Penal*”.)

QUESTÃO 69

Letra B

(De acordo com o disposto no artigo 1º do Código de Processo Penal: “*O processo penal rege-se-á, em todo o território brasileiro*”. Trata-se do princípio da territorialidade, que rege a aplicação da lei processual penal no espaço, inexistindo, como regra, a extraterritorialidade.)

DIREITO DO TRABALHO

QUESTÃO 70

Letra C

Correta – nos termos da Lei 12.506/11, o empregado, além dos 30 dias que já possui, adquire 3 dias de aviso prévio por ano trabalhado

QUESTÃO 71

Letra C

Correta – o art. 6º da CLT não distingue, para fins de relação de emprego, o trabalho realizado na empresa ou à distância

QUESTÃO 72

Letra C

Correta – a Súmula 331, IV e V do TST determina que a responsabilidade subsidiária da administração pública depende da comprovação de sua conduta culposa

QUESTÃO 73

Letra A

- a) **Correta** – OJ 410 da SDI-1 do TST
- b) **Incorreta** – Artigo 58, §2º, CLT
- c) **Incorreta** – Artigo 59, §6º, CLT
- d) **Incorreta** – art. 72, CLT

QUESTÃO 74

Letra D

- a) **Incorreta** – artigo 3º, §9º da Lei 8.036/90
- b) **Incorreta** – OJ 365 da SDI-1 do TST
- c) **Incorreta** – Súmula 339, I do TST
- d) **Correta** – Art. 55 da Lei n. 5.764/71 c/c OJ 253 da SDI-1 do TST

QUESTÃO 75

Letra D

- a) **Incorreta** – art. 136 da CLT
- b) **Incorreta** – art. 134, §1º da CLT
- c) **Incorreta** – art. 136, §2º da CLT
- d) **Correta** – art. 136, §1º da CLT

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

QUESTÃO 76

Letra A

Artigo 793-A, 793-C e 793-D, todos da CLT.

QUESTÃO 77

Letra B

Artigo 818, §§ 1.º e 2.º, da CLT.

QUESTÃO 78

Letra A

Artigo 843, § 3.º, da CLT.

QUESTÃO 79

Letra C

Artigo 651, § 1.º, da CLT.

QUESTÃO 80

Letra A

Artigo 800, da CLT.